



ANEXO V

1. DO APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

- 1.1 Tendo em vista que o programa de *compliance* da UTC Engenharia S.A. ("**UTC Engenharia**") e da Constran S.A. Construções e Comércio ("**Constran**") é controlado pela UTC Participações ("**UTCPar**") e se aplica, sem exceções, a todas as empresas do Grupo UTC e, conforme o caso, aos consórcios dos quais empresas do Grupo UTC sejam líderes, as determinações estabelecidas neste documento vinculam não apenas a UTC Engenharia e a Constran, mas também a UTCPar, responsável por aprimorar o programa em todas as empresas do Grupo UTC, conforme pertinente e de acordo com o grau de maturidade e desenvolvimento das respectivas atividades empresariais, e dos consórcios pertinentes, conforme o caso.
- 1.2 A UTC Engenharia, Constran e a UTCPar, doravante denominadas conjuntamente "Grupo UTC", deverão apresentar o Plano de Aperfeiçoamento do Programa de *Compliance* ("**Plano**") no prazo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do Acordo, e que poderá ser prorrogado por acordo entre as Partes, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (i) nome do responsável pelo aperfeiçoamento do programa e dos responsáveis pela implementação de cada recomendação; ou
 - (i) nome da empresa a ser contratada para estruturar o Plano e para auxiliar a UTCPar em sua implementação;
 - (ii) valor do orçamento total alocado;
 - (iii) prioridades e prazos para implementação de cada recomendação; e
 - (iv) número de pessoas envolvidas na implementação.
- 1.3 O Plano deve ser apresentado juntamente com estratégia que discorra sobre sua viabilização e operacionalização, com informações sobre:



- (i) realocação de recursos financeiros necessários para a implementação de cada parâmetro;
- (ii) previsão de contratação de novos funcionários ou prestadores de serviços que irão atuar na adoção da recomendação, se necessário; e,
- (iii) previsão de alterações à estrutura societária da pessoa jurídica, se necessário.

1.4 Após o recebimento da documentação acima mencionada, a CGU terá um prazo de 30 (dias) dias para aprovação, podendo solicitar esclarecimentos e requisitar alterações, sempre justificadamente.

1.4.1 Todas as alterações e adaptações propostas pela CGU serão consideradas partes integrantes do Plano e deverão ser discutidas e, após acordo entre as partes, implementadas integralmente pelas empresas do Grupo UTC.

1.4.2 Alterações ao Plano deverão ser comunicadas à CGU. A comunicação de alteração no Plano deverá ser acompanhada de justificativa e de considerações sobre o impacto da alteração nos prazos de adoção de cada recomendação.

1.5 A contar da data de celebração do presente ACORDO, a UTCPar, a UTC e a Constran terão um prazo de 2 (dois) anos para obter a certificação ISO 37.001, adquirida necessariamente por empresa certificadora acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

1.5.1 Não será reconhecida a certificação ISO 37.001 obtida por empresa certificadora sem a acreditação do Inmetro.

2. DO MONITORAMENTO

2.1. O monitoramento do aperfeiçoamento do Programa de *Compliance* da UTCPar será feito pela CGU durante a vigência do Acordo, por meio do envio de relatórios periódicos por parte da UTCPar; e de ações de supervisão, verificações *in loco* e solicitações de informações adicionais por parte da CGU.



- 2.2. A UTCPar, durante o prazo de 3 (três) anos a contar do recebimento da notificação prevista na cláusula 1.4 acima, compromete-se a enviar relatórios semestrais com informações sobre o aperfeiçoamento de seu Programa de *Compliance* com relação à implementação de todas as medidas que constam deste Anexo. Todos os relatórios devem ser acompanhados de documentos que comprovem a execução das medidas contidas no Plano.
- 2.2.1. Para cada recomendação a ser implementada ou aperfeiçoada, a UTCPar deverá apresentar documentos comprovando que: (i) as políticas e procedimentos relacionados a determinado parâmetro a ser aperfeiçoado ou criado foram (ou estão sendo) devidamente alterados, adaptados e atualizados; (ii) os parâmetros aperfeiçoados foram (ou estão sendo) aplicados, conforme o caso, nas operações e atividades das Empresas do Grupo; e (iii) referidos parâmetros aperfeiçoados, ao serem aplicados, estão funcionando e atendem a seus objetivos.
- 2.2.2. O primeiro relatório de monitoramento deverá ser enviado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do Plano pela CGU, prazo esse que poderá ser prorrogado por acordo entre as Partes.
- 2.2.3. Após o recebimento de cada relatório, a CGU poderá solicitar esclarecimentos adicionais, documentação comprobatória, complementações aos trabalhos, realizar comentários e agendar entrevistas.
- 2.2.4. A CGU poderá, sempre que julgar necessário e justificadamente, solicitar relatórios adicionais.
- 2.3. A UTCPar reconhece estar sujeita a ações de supervisão e verificações *in loco* por parte da CGU para o acompanhamento do aperfeiçoamento de seu programa de *compliance*, em datas previamente acordadas entre a CGU e a UTCPar.
- 2.3.1. Eventuais custos de deslocamento da equipe da CGU necessários para avaliação do programa de *compliance* correrão a expensas de UTC, considerando os



padrões de transportes e hospedagem utilizados por servidores públicos do Poder Executivo Federal. A UTCPar e a CGU definirão a quantidade de membros a serem designados para avaliação do programa de *compliance*.

- 2.4. Durante o prazo de vigência do Acordo, a UTC deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela CGU, toda a documentação relacionada ao programa de *compliance* a ser aperfeiçoado, incluindo documentos, estudos, levantamentos relacionados à análise de risco, entre outros, podendo a CGU convocar representantes da UTC para esclarecer, pessoalmente, pontos de interesse do programa de *compliance*, sempre previamente acordado entre a CGU e a UTCPar.

2.4.1. A UTC deverá arcar com suas despesas de deslocamento.

- 2.5. A UTC reconhece que a CGU poderá, sempre previamente acordado entre a CGU e a UTCPar, realizar verificações autônomas que incluem visitas *in loco*, entrevistas com funcionários e terceiros, e simulações de denúncias.

3. DAS DETERMINAÇÕES

3.1. Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica.

- 3.1.1. Obter a certificação ISO 37001, adquirida necessariamente por empresa certificadora acreditada pelo Inmetro, em um prazo de até 2 (dois) anos a contar da celebração do Acordo, garantindo que a instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento esteja inserida na estrutura da empresa;
- 3.1.2. Declarar ostensivamente o compromisso institucional com a integridade e a política de tolerância zero com corrupção e fraudes, ao público externo (mercado e clientes), seja por meio do seu sítio eletrônico ou pela concessão de entrevistas em meios de comunicação de grande circulação.



- 3.1.3. Participar em ações coletivas com o fim de discutir e promover boas práticas de integridade no relacionamento com o setor público.
- 3.1.4. Estabelecer um Conselho de Administração estatutário na UTCPar e em todas as demais empresas do Grupo UTC, conforme o caso. A criação formal do Conselho de Administração contribuirá para uma maior clareza e transparência com relação a quem são os membros da mais alta instância hierárquica executiva da empresa, quais são suas atribuições e responsabilidades.
- 3.2. Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo e função exercidos.**
 - 3.2.1. Adotar política e procedimentos formais para atualização periódica do código de ética e conduta da UTC de acordo com novos riscos da empresa, a cada 2 (dois) anos, pelo menos, com ampla divulgação e participação dos colaboradores.
- 3.3. Padrões de conduta, código de ética, políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**
 - 3.3.1. Certificar-se, por meio de termo de compromisso, do recebimento do Código de Ética e Conduta e do Código de Conduta e Integridade dos Fornecedores por parte de todas as empresas contratadas;
 - 3.3.2. Realizar verificações, sempre que necessário, para verificação da conformidade de subcontratados, de parceiros de negócios e de fornecedores (especialmente os que façam parte do grupo que represente maior risco à empresa) com relação à aplicação do código de conduta;
- 3.4. Treinamentos periódicos sobre o Programa de *Compliance*.**



- 3.4.1. Dar seguimento ao cumprimento do plano de treinamento apresentado pela UTCPar, UTC Engenharia e Constran para 2017, bem como apresentar e cumprir plano de treinamento para os 2 (dois) anos subsequentes.
- 3.4.2. Realizar aprimoramentos, conforme necessário, ao material didático do curso “Programa de *Compliance* e Código de Ética” da UTCPar: (i) mencionar explicitamente o advento da Lei 12.846/2013 e suas consequências para a empresa, para seu corpo diretivo, colaboradores e terceiros associados; (ii) adicionar exemplos práticos que permitam, de acordo com o público alvo de cada sessão de treinamento, compreender como as regras expostas se relacionam com suas atividades diárias; (iii) adicionar esclarecimentos a respeito das garantias concedidas a denunciante e sobre o processo de apuração de denúncias, com o fim de incentivar denúncias por meio do aumento da credibilidade do sistema.
- 3.4.3. Criar treinamentos voltados para os responsáveis por: (i) verificações prévias à contratação de fornecedores e parceiros de negócios; (ii) verificações prévias ao fornecimento de doações filantrópicas e patrocínios; (iii) processo de participação em licitações;
- 3.4.4. Dar seguimento ao cumprimento do plano de comunicação apresentado pela UTCPar, UTC Engenharia e Constran para 2017, bem como apresentar e cumprir plano de comunicação para os 2 (dois) anos subsequentes;
- 3.4.5. Dar seguimento à campanha para incentivar denúncias por parte dos públicos interno e externo.
- 3.4.6. Realizar campanhas publicitárias em locais de fácil acesso sobre doações, contribuições e patrocínios realizados pela empresa em cada ano.



3.5. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao Programa de Compliance.

3.5.1. Analisar detalhadamente os seguintes fluxos de processos, os quais envolvem alto risco à integridade, a fim de identificar quais são as decisões mais sensíveis sobre as quais seria necessário aplicar medidas preventivas: (i) Compras, passando pela solicitação, especificação técnica, aprovação, contratação, verificação da entrega do produto/ serviço; (ii) Pagamentos; (iii) Participação em licitações; (iv) Aprovação interna para aditamentos de contratos com o governo; (v) Solicitações de licenças, autorizações e permissões junto ao governo; (vi) Recebimento de agentes públicos e atendimento a demandas no âmbito de fiscalizações; (vii) Solicitação, manutenção e/ou renovação para fins de incentivos fiscais.

3.5.2. Adotar as seguintes medidas mitigatórias em todas as situações e/ou pontos de decisão que venham a ser considerados de alto grau de risco à integridade no processo de análise referido no item 3.5.1: (i) transparência; (ii) criação de níveis de aprovação que envolvam não só o nível gerencial mas também a equipe técnica responsável. Nota-se que muitas vezes o nível gerencial consente e/ou participa de práticas ilícitas. Adotando maior transparência e envolvendo o nível técnico em decisões / aprovações que acarretem alto risco à integridade podem contribuir para inibir práticas ilícitas e para aumentar a possibilidade de detecção dessas práticas por meio de denúncias.

3.6. Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica e controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica.

3.6.1. Controlar a efetivação de pagamentos, solicitando apresentação concomitante de todos os documentos que suportem o pagamento e dos relatórios de *compliance*



feitos no decorrer do processo, por exemplo, como a fundamentação prestada pela área contratante para a realização do negócio, e o parecer de aprovação pela Área de *Compliance*, nos casos em que a aprovação seja obrigatória. Ainda, que esse controle seja feito por meio de sistema de controle de contratos.

- 3.6.2. Controlar a efetivação de pagamentos relacionados a contratos com fornecedores e parceiros comerciais classificados com alto grau de risco, de acordo com o disposto no item 3.11.4, ao acompanhamento de todos os documentos e relatórios obrigatórios para o trâmite da contratação. Ainda, que esse controle seja feito por meio de sistema de controle de contratos.
- 3.6.3. Criar um “comitê de recebimento de bens e serviços classificados com alto grau de risco”, da UTCPar, UTC Engenharia e Constran, para cada contrato da empresa, composto de no mínimo três pessoas, sendo o responsável pelo contrato e dois técnicos da área. O comitê deve estar presente no momento do recebimento do objeto do contrato para atestar, por meio de relatório, a adequada qualidade e/ou quantidade e/ou extensão de produtos, serviços, palestras, ou pareceres recebidos pela empresa. Caso seja constatada relevante distorção, o relatório deve ser encaminhado para a área responsável pela contratação e para a Área de *Compliance*, que, caso julgue necessário, deverá encaminhar para apuração. Essa medida deve ter como objetivo evitar que recursos destinados à corrupção sejam dissimulados por meio de contratos com real prestação de serviços.
- 3.6.4. Encaminhar à CGU o planejamento das auditorias interna e independente do programa de *compliance* dos anos de 2017, 2018 e 2019, inclusive a matriz, antes do início da execução, se possível, para que a CGU se pronuncie. Posteriormente encaminhar os respectivos relatórios.



3.7. Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros.

3.7.1. Dar seguimento ao aprimoramento, com base no processo de identificação e mitigação de riscos determinado no item 3.5.1, das medidas para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e execução de contratos administrativos com Administração Pública, e demais interações com o setor público (fiscalizações; obtenção de licenças, autorizações, autorizações e permissões junto ao governo; recebimento de agentes públicos no âmbito de fiscalizações; exportações e importações; solicitação, manutenção e/ou renovação para fins de incentivos fiscais; financiamentos de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público). O processo de aprimoramento deve ser feito para todas as empresas do Grupo UTC e consórcios nos quais sejam líderes, conforme aplicável.

3.8. Canais de denúncias de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé.

3.8.1. Dar continuidade à adoção da estrutura e políticas de canais de denúncias e de proteção ao denunciante de boa-fé semelhantes à da UTC Engenharia, para todas as empresas do Grupo UTC e nos consórcios nos quais as empresas do Grupo UTC sejam líderes, conforme o caso, que mantenham contratos com a Administração Pública.

3.9. Medidas disciplinares em caso de violação do programa de *compliance*

3.9.1. Prever que recomendações de medidas punitivas pelos comitês não sejam por aprovação unânime, mas por maioria. Levando-se em consideração que, a



depende do caso, participa do comitê de ética membro hierarquicamente superior ao denunciado, a unanimidade, ao invés de um aspecto positivo, pode comprometer a imparcialidade das recomendações para aplicação de medidas disciplinares, podendo dificultar a possibilidade de efetiva aplicação dessas medidas aos colaboradores da empresa.

3.9.2. Prever e adotar medidas cautelares, como afastamento preventivo de funcionários e dirigentes, quando o caso exigir.

3.9.3. Adotar estrutura e políticas para a adoção de medidas disciplinares em todas as empresas do Grupo e nos consórcios nos quais as empresas sejam líderes, conforme o caso, que mantenham contratos com a Administração Pública.

3.10. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados

3.10.1. Conduzir investigação interna, nos termos do Anexo VII – Recomendações para Investigação Interna – do Acordo.

3.10.2. Implementar as medidas constantes do Anexo VI – Remediação e Afastamento dos Envolvidos.

3.10.3. Estabelecer política que preveja a adoção de medidas cautelares, como afastamento de dirigentes e empregados com indícios suficientes de envolvimento em atos lesivos à Administração Pública;

3.10.4. Estabelecer política que preveja dar publicidade, de forma ampla, a colaboradores e terceiros sobre a adoção de medidas cautelares e disciplinares aplicadas, a fim de reforçar publicamente a não tolerância com a prática de ilícitos;



3.10.5. Elaborar regra específica sobre a comunicação espontânea de irregularidades ou atos ilícitos às autoridades governamentais;

3.11. Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

3.11.1. Atribuir às Áreas de *Compliance* e Jurídica da UTCPar a atividade de *due diligence* de fornecedores e parceiros comerciais e acompanhamento dos contratos de alto de risco de integridade. A *due diligence* deve ser solicitada pela área contratante por meio de documento que fundamente a necessidade de contratação;

3.11.2. Ampliar o rol de fornecedores considerados parceiros comerciais classificados com alto grau de risco, para incluir: prestadores de serviços técnicos de natureza singular, como palestrantes; agência de importação e de exportação, serviços de transporte rodoviário sujeitos a fiscalização; lobistas e contador ou empresas externas de controladoria;

3.11.3. Integrar os seguintes requisitos à lista de verificações a serem realizadas na *due diligence*, sendo que a análise de cada um dos requisitos deve ser compilada em relatório específico:

- (a) Quem são os sócios e administradores da pessoa jurídica e se eles: 1. são agentes políticos ou públicos que, ainda que já tenham deixado a posição no governo, possam influenciar direta ou indiretamente, decisões ou processos que sejam de interesse de qualquer das empresas do Grupo UTC, conforme o caso; 2. são parentes até o terceiro grau dos agentes públicos ou políticos mencionados no item “1” acima; 3. respondem a processo criminal ou condenados penalmente em primeira instância; 4. estão envolvidos em escândalo de corrupção nos termos da Lei nº 12.846/2.013



e demais legislações pertinentes, noticiados em veículos imprensa de grande circulação.

- (b) Levantamento de preços no mercado para a contratação de prestadores de serviços e fornecedores diretamente relacionados ao contrato em questão (inclusive, conforme o caso, consultorias e palestras), a fim de constatar se o contrato que pretende ser firmado está dentro de valor regular, ou se é consideravelmente superior ou inferior. Nos dois últimos casos, o processo deve voltar à área demandante para que ele apresente justificativa sobre a discrepância no valor da contratação.
- (c) Verificação sobre a quantidade de funcionários e porte da empresa a ser contratada e análise sobre se, com base nisso, ela teria condições de realizar o objeto do contrato.

3.11.4. Considerar “contratos com alto grau de risco à integridade” aqueles que: (i) sejam enquadrados no item “a” acima; (ii) tenham sido justificados, conforme exposto na parte final do item “b” acima; e (iii) aqueles cuja análise realizada de acordo com o item “c” acima tenha concluído por possível inadequação da empresa. Esses contratos devem ser submetidos à aprovação da Área de *Compliance*.

3.11.5. Caso os contratos que recebam a classificação de alto risco sejam aprovados pela Área de *Compliance*, eles devem ser acompanhados pela Área de *Compliance* para verificação sobre a adequada prestação de serviço, em conjunto com o “comitê de recebimento de bens e serviços” responsável, cuja criação consta do item 3.6.4.

3.11.6. Caso sejam solicitados aditivos que impliquem novos pagamentos em contratos classificados como de alto risco, a proposta de aditivo deve ser fundamentada e analisada pelo “comitê de recebimento de bens e serviços” responsável, cuja criação consta do item 3.6.4, o qual deverá elaborar parecer concordando ou não



com o aditivo. A Área de *Compliance* deverá deliberar sobre a aceitação do respectivo aditivo.

3.11.7. Estabelecer critérios semelhantes ao de supervisão de parceiros comerciais aos demais fornecedores, classificados como de alto risco, com a verificação da materialidade dos serviços pelo “comitê de recebimento de bens e serviços” responsável, cuja criação consta do item 3.6.4;

3.11.8. Prever em todos os contratos com terceiros a possibilidade de realização de auditorias, restritas ao objeto do contrato, em temas de *compliance*, inclusive contabilidade, durante a vigência contratual;

3.11.9. Realizar, periodicamente, as auditorias de *compliance* para supervisão, por meio de amostra, das empresas contratadas que representam riscos elevados à integridade da UTCPar e empresas do Grupo;

3.11.10. Aditar todos os contratos para inclusão de cláusula de *compliance*, com menção expressa aos dispositivos da Lei 12.846/2013.

3.11.11. Adotar a estrutura e políticas para diligências e supervisão de terceiros, classificados como de alto risco, em todas as empresas do Grupo e nos consórcios nos quais as empresas do sejam líderes, conforme o caso, que mantenham contratos com a Administração Pública.

3.12. Monitoramento contínuo do Programa de *Compliance* visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei 12.846, de 2013

3.12.1. Prestar informações à CGU quanto à aplicação regular de cada um dos mecanismos de monitoramento do programa, nas empresas do Grupo UTC e nos consórcios nos



quais as empresas sejam líderes, conforme o caso, que mantenham contratos com a Administração Pública.

3.13. Transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos

3.13.1. Incluir os procedimentos para fornecimento de doações e contribuições informados à CGU na “Política de Doações e Contribuições Filantrópicas” das empresas, conforme o caso, que mantenham contratos com a Administração Pública.

3.13.2. Verificar os seguintes requisitos na análise da idoneidade e histórico da instituição candidata a receber doações ou patrocínios:

(a) Quem são os sócios e administradores da instituição beneficiada e se eles: 1. são agentes políticos ou públicos que, ainda que já tenham deixado a posição no governo, possam influenciar direta ou indiretamente, decisões ou processos que sejam de interesse de qualquer das empresas do Grupo UTC, conforme o caso; 2. são parentes até o terceiro grau dos agentes públicos ou políticos mencionados no item “1”; 3. respondem a processo criminal ou condenados penalmente em primeira instância; 4. estão envolvidos em escândalo de corrupção nos termos da Lei nº 12.846/2.013 e demais legislações pertinentes, noticiados em veículos imprensa de grande circulação.

(b) Quantidade de funcionários, porte da instituição beneficiada e análise sobre se, com base nisso, ela teria condições de dar destinação adequada ao valor recebido, de acordo com o escopo da doação ou patrocínio.

3.13.3. Estabelecer que a instituição beneficiada por doação ou patrocínio tenha que prestar contas sobre a destinação adequada dos recursos doados.



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

3.13.4. Divulgar, na página da internet da empresa e demais empresas do Grupo UTC, as doações, contribuições e patrocínios realizados ao longo do ano.

Brasília, 10 de julho de 2017.

Pelo **MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU**

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União, Substituto

Pela **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Advogada-Geral da União

Pelas **RESPONSÁVEIS COLABORADORAS**

UTC Engenharia S.A.

CONSTRAN S.A.

UTC Participações S.A.

[Redacted signature]

[Redacted signature]

TESTEMUNHAS:

[Redacted signature]

[Redacted signature]

[Redacted signature]

[Redacted signature]

[Redacted signature]

[Redacted signature]